

ANADIA DEBATEU “O 25 DE ABRIL E A DEMOCRACIA EM PORTUGAL”

No âmbito do programa das comemorações da “*revolução de abril*”, promovido pela Assembleia e Câmara Municipal de Anadia, decorreu, no passado dia 26, no Cineteatro Anadia, uma palestra subordinada ao tema “*O 25 de abril e a democracia em Portugal*”, que teve como principais oradores Jorge Lacão, deputado do PS e vice-presidente da Assembleia da República, Albino Almeida, presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia e presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM), e José Manuel Pavão, ex-presidente da Assembleia Municipal de Mirandela e presidente fundador da ANAM.

O presidente da Assembleia Municipal de Anadia, Manuel Pinho, a quem coube dar as boas-vindas, considerou que “*abril e a sua celebração suscitam muitos sentimentos que ajudaram ao fortalecimento da democracia*”, frisando que “*a partilha de experiências proporciona um lúcido e sereno enfrentar dos desafios do futuro*”. “*Abril é um desígnio que urge cumprir*”, acrescentou ainda.

O deputado do PS e vice-presidente da Assembleia da República, Jorge Lacão, começou por referir que “*45 anos volvidos este tema tem ainda muito pano para mangas*”. Na sua intervenção fez uma reflexão sobre o tema, tecendo um conjunto de considerações sobre a realidade histórica de Portugal no período anterior à revolução de 1974, dando ainda a conhecer alguns dos fatores que, no seu entendimento, conduziram ao 25 de abril.

Jorge Lacão considerou que o processo “*não foi muito linear após a revolução*”, lembrando que foram muitas as correntes de opinião que se manifestaram na sociedade portuguesa. “*Houve uma certa radicalização das posições, o que aumentou as tensões, ao nível das camadas populares e da sociedade portuguesa em geral que originou o ‘verão quente de 75’*”, durante o qual, na sua ótica, “*se esteve à beira de grandes e graves confrontos nacionais que poderiam ter atirado o país para uma situação de guerra civil*”.

Destacou a intervenção de alguns dirigentes históricos da democracia portuguesa, como Mário Soares e Salgado Zenha, que considerou terem marcado *“posições decisivas no futuro da democracia em Portugal”*.

Em traços gerais, abordou ainda as várias revisões constitucionais que foram realizadas até aos dias de hoje, sublinhando que *“a constituição foi sendo adaptada aos sinais dos tempos, permitindo que deixasse de ser uma constituição tão rija, quanto aquilo que tinha sido na sua versão inicial, adaptando-se ao dinamismo dos tempos, influenciando, assim, a evolução da democracia em Portugal ao longo das últimas décadas”*.

Nas suas intervenções, Albino Almeida e José Manuel Pavão partilharam a sua visão sobre a “revolução de abril” e as suas consequências na sociedade portuguesa.

“Corremos o risco de dar um passo atrás no processo de valorização do Poder Local”

A presidente da Câmara Municipal de Anadia, Maria Teresa Cardoso, focou a sua intervenção, essencialmente no processo da transferência de competências para as autarquias que está a ser levada a cabo pelo Governo. Realçou ainda importância que o Poder Local tem tido ao longo destes 45 anos de democracia, bem como o papel que tem assumido na prossecução dos interesses próprios das populações.

A autarca referiu que, atualmente, os municípios estão a ser confrontados com *“uma situação diversa”*, cujos moldes *“nos preocupam pela disparidade de peso que encontramos entre as competências e os recursos que efetivamente lhes estão afetos”*. Destacou ainda *“o curto espaço de tempo em que a transferência deve ocorrer e a tentativa de imposição até janeiro de 2021, independentemente de as autarquias as terem aprovado ou não”*.

Maria Teresa Cardoso considerou que esta atuação do Governo *“não é correta”*. No seu entender, desta forma, *“não se reforça a autonomia local pela via de uma descentralização administrativa que não*

é sustentável do ponto de vista material”. “Estamos a correr o risco de dar um passo atrás neste processo de valorização do Poder Local”, afirmou.

A edil sublinhou ainda que “as conquistas de 1974 beneficiaram as autarquias locais”. “Da nossa parte, continuaremos a solicitar à Administração Central que tenha um olhar atento, mais próximo, para as autarquias que, de facto, conseguem, em proximidade, exercer as competências se, efetivamente, tiverem os recursos necessários para fazerem uma melhor gestão das mesmas”, afirmou.

Rematou a sua intervenção, deixando um agradecimento a todos os presentes, oradores e público, pela participação nesta iniciativa onde se pretendeu evocar os valores da “revolução de abril”.

Nws_2019_125 / Anx: 1 imagem (.jpg)